MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0747 de 21 de janeiro de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Resumo de Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 16.01.2019. Aos dezesseis dias do mês de janeiro de 2019, às 10:30 horas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Eduardo Barreto d'Ávila Fontes, presente a Excelentíssima Senhora Corregedora Geral Doutora Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg e o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Conselheiro Doutor Paulo Lima de Santana, e ausente justificadamente a Excelentíssima Senhora Procuradora de Justiça Conselheira Ana Christina Souza Brandi, reuniram-se, em Reunião Extraordinária, o Conselho Superior do Ministério Público, convocado na forma da Lei, do seu Regimento Interno e demais normatizações aplicáveis à espécie, para apreciação da matéria constante da pauta publicada no Diário da Justiça e encaminhada a todos os Membros do Ministério Público, a saber. Havendo número legal, o Senhor Presidente do Conselho Superior declarou aberta a reunião. Em seguida submeteu à APRECIÇÃO, a seguinte matéria: **2.1.** Discussão sobre prazos e horários de inscrições no Sistema Eletrônico de Promoção e Remoção – SERP. Iniciada a apreciação da presente pauta, o Presidente do Conselho Superior, informou o requerimento formulado pela Excelentíssima Senhora Doutora Cecília Nogueira Guimarães Barreto, Digníssima Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Nossa Senhora do Socorro/SE, pelo qual a mesma informou que, *“restou impedida de se inscrever nos editais de remoção com prazo até o dia 15 de janeiro em virtude de cessação de limite de inscrição por equívoco do sistema. Observando e destacando que a lei, nem a Resolução, muito menos a publicidade revelaram qualquer limite de horário ate as 14 horas, devendo ser possibilitada a inscrição até as 23:59 h deste dia e,”* tendo em vista que a definição normativa do processo de remoção/promoção cabe ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos da LCE 02/90 e da Resolução nº 04/2011-CSMP, remetendo-se tal requerimento ao Órgão Superior do Ministério Público, juntando-se a Portaria nº 244/2018, de 31 de janeiro de 2018, que regulamenta a jornada de trabalho e o controle de frequência dos servidores dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, para isso, diante da urgência, este Conselho fica convocado extraordinariamente para esta quarta feira, dia 16 de Janeiro de 2019, às 10:30 horas para análise e definição. Após, o Presidente do Conselho Superior, Doutor Eduardo Barreto d'Ávila Fontes, fez uma explanação sobre a Portaria nº 244/2018 e seus parágrafos, a qual fixa o expediente administrativo dos servidores dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe e sua relação com o Sistema Eletrônico de Promoção e Remoção – SERP, o qual desde que foi lançado vem cumprindo especificamente os prazos administrativos, ou seja,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0747 de 21 de janeiro de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

nos horários de funcionamento efetivo do órgão. Disse, ainda, o Presidente que existe regra clara no sentido de fixar o expediente administrativo das 7 às 14 horas, e por isso mesmo o SERP espelha exatamente a norma da Portaria 244/2018, somente podendo alterar o SERP caso exista novo regramento. O Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor Paulo Lima de Santana posicionou-se no sentido da manutenção do prazo de encerramento, conforme o horário de expediente administrativo que é até as 14 horas, e a conseqüente uniformização da Resolução nº 04/2011-CSMP, conforme as determinações administrativas do próprio sistema SERP. A Excelentíssima Senhora Corregedora Geral Doutora Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg, posicionou-se também pela manutenção do prazo de encerramento, conforme o horário de expediente administrativo que é até as 14 horas, e ponderou no sentido de se ter garantida a segurança jurídica, que deverá seguir o que vem sendo estabelecido ao longo do tempo em que foi implantado o sistema SERP, que sempre se encerrou as 14 hs, do último dia do prazo, citou também o Código de Processo Civil que faz a regência dos processos administrativos e dispõe sobre a realização dos diversos atos processuais. Alertou também sobre o perigo de acatar o requerimento postulado pela Excelentíssima Senhora Doutora Cecília Nogueira Guimarães Barreto, por uma questão de principiologia e em razão de ter que abrir novamente o prazo geral, atrasando por demais o processamento dos futuros pleitos de remoção e/ou promoção no Ministério Público de Sergipe. Solicitou também a atualização da Resolução nº 04/2011-CSMP com vistas a adaptação do sistema SERP às definições deste CSMP. Assim, o Conselho Superior do Ministério Público decidiu, por unanimidade, pelo INDEFERIMENTO do requerimento formulado pela Excelentíssima Senhora Doutora Cecília Nogueira Guimarães Barreto, Digníssima Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Nossa Senhora do Socorro/SE, sendo mantido o prazo de encerramento das inscrições, que ocorre no horário do expediente administrativo, portanto as 14 hs, como sempre foi em todos os processos de Remoção e Promoção no Ministério Público de Sergipe. Tendo sido determinado também que enquanto não houver a reforma da Resolução 04/2011 – CSMP, que os próximos Editais de Promoção e Remoção a serem abertos, fique expresso que o horário de encerramento das inscrições será até as 14 hs do último dia útil do prazo. Fora ainda solicitada a INCLUSÃO EM PAUTA da seguinte matéria: 1-Apreciação do G.E.D. nº: 20.27.0193/0000010/2019-83 da lavra da Excelentíssima Senhora Doutora Adriana Ribeiro Oliveira, Digníssima Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Nossa Senhora do Socorro/SE, referente a anexação de documentos para fins de instruir o Processo de Remoção, referente

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0747 de 21 de janeiro de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ao Edital nº 02/2019, tendo em vista que o sistema se mostrou inoperante para a juntada de novos documentos ainda no curso do prazo estabelecido pelo Edital de Remoção. Após ampla discussão, o Conselho Superior decidiu, por unanimidade, que não sendo documentos obrigatórios de habilitação será permitido a qualquer MEMBRO anexar novos documentos, por conteúdo meritório de avaliação, até antes da emissão do voto do Relator, ao tempo em que, definiu que o tema deste requerimento também seja discutido e normatizado, fazendo parte da reformulação da Resolução 04/2011 – CSMP. Como nada a mais houvesse a tratar, Sua Excelência, o Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, solicitou a Excelentíssima Senhora Doutora Maria Helena Moreira Sanches Lisboa, Digníssima Promotora de Justiça Secretária do Conselho Superior do Ministério Público, que faça juntar a Ata desta sessão, devidamente assinada por todos, aos G.E.Ds. acima descritos, como respostas aos requerimentos das Excelentíssimas Senhoras Doutoras Cecília Nogueira Guimarães Barreto, Digníssima Promotora de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Nossa Senhora do Socorro e Adriana Ribeiro Oliveira, Digníssima Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Nossa Senhora do Socorro/SE, declarou encerrada a presente Sessão. Eu, _____, Maria Helena Moreira Sanches Lisboa, Secretária do CSMP, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.